

GESTÃO EDUCACIONAL EM TEMPOS DE PLATAFORMIZAÇÃO: IMPLICAÇÕES DA GOVERNANÇA DIGITAL PARA A ESCOLA PÚBLICA

Márcio Silveira Nascimento¹ e Rita Márcia Andrade Vaz de Mello²

Resumo

A intensificação do uso de tecnologias digitais na educação, impulsionada por políticas públicas de inovação e modernização dos sistemas de ensino, tem reconfigurado profundamente as formas de gestão educacional e escolar. Este artigo analisa criticamente o processo de plataformação da educação e suas implicações para a gestão da escola pública, considerando as transformações nos modos de planejamento, tomada de decisão, controle, avaliação e organização do trabalho pedagógico. Trata-se de um estudo teórico, fundamentado em revisão crítica da literatura sobre políticas educacionais, gestão escolar, governança digital e capitalismo de plataformas. Argumenta-se que a incorporação acrítica de plataformas digitais às políticas educacionais tende a deslocar a centralidade da gestão democrática, ampliando processos de regulação algorítmica, padronização e vigilância do trabalho docente e discente. Ao mesmo tempo, o artigo problematiza as contradições desse movimento, reconhecendo suas potencialidades operacionais, mas enfatizando a necessidade de políticas digitais orientadas por princípios éticos, democráticos e socialmente referenciados. Conclui-se que a gestão educacional, diante da plataformação, enfrenta o desafio de reafirmar seu caráter público, participativo e emancipatório, resistindo à lógica mercantil e tecnocrática que permeia grande parte das políticas digitais contemporâneas.

Palavras-chave: Gestão democrática; Regulação algorítmica; Capitalismo de plataformas; Trabalho docente.

EDUCATIONAL MANAGEMENT IN TIMES OF PLATFORMIZATION: IMPLICATIONS OF DIGITAL GOVERNANCE FOR PUBLIC SCHOOLS

Abstract

The intensification of the use of digital technologies in education, driven by public policies of innovation and modernization of education systems, has profoundly reconfigured the forms of educational and school management. This article critically analyzes the process of platformization of education and its implications for the management of public schools, considering the transformations in the

¹Doutorando e Mestre em Ensino Tecnológico pelo Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Professor da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do Amazonas (SEDUC-AM). Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: marciosn.geo@gmail.com

²Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Titular da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Viçosa, Minas Gerais, Brasil. E-mail: rmello@ufv.br



modes of planning, decision-making, control, evaluation, and organization of pedagogical work. This is a theoretical study, based on a critical review of the literature on educational policies, school management, digital governance, and platform capitalism. It argues that the uncritical incorporation of digital platforms into educational policies tends to displace the centrality of democratic management, expanding processes of algorithmic regulation, standardization, and surveillance of teaching and learning work. At the same time, the article problematizes the contradictions of this movement, recognizing its operational potential, but emphasizing the need for digital policies guided by ethical, democratic, and socially referenced principles. It concludes that educational management, in the face of platformization, faces the challenge of reaffirming its public, participatory, and emancipatory character, resisting the mercantile and technocratic logic that permeates much of contemporary digital policy.

Keywords: Democratic management; Algorithmic regulation; Platform capitalism; Teaching work.

GESTIÓN EDUCATIVA EN TIEMPOS DE PLATAFORMIZACIÓN: IMPLICACIONES DE LA GOBERNANZA DIGITAL PARA LAS ESCUELAS PÚBLICAS

Resumen

La intensificación del uso de las tecnologías digitales en la educación, impulsada por las políticas públicas de innovación y modernización de los sistemas educativos, ha reconfigurado profundamente las formas de gestión educativa y escolar. Este artículo analiza críticamente el proceso de plataformización de la educación y sus implicaciones para la gestión de las escuelas públicas, considerando las transformaciones en los modos de planificación, toma de decisiones, control, evaluación y organización del trabajo pedagógico. Este estudio teórico se basa en una revisión crítica de la literatura sobre políticas educativas, gestión escolar, gobernanza digital y capitalismo de plataformas. Argumenta que la incorporación acrítica de las plataformas digitales en las políticas educativas tiende a desplazar la centralidad de la gestión democrática, expandiendo los procesos de regulación algorítmica, estandarización y vigilancia de la enseñanza y el aprendizaje. Al mismo tiempo, el artículo problematiza las contradicciones de este movimiento, reconociendo su potencial operativo, pero enfatizando la necesidad de políticas digitales guiadas por principios éticos, democráticos y socialmente referenciados. Concluye que la gestión educativa, frente a la plataformización, se enfrenta al reto de reafirmar su carácter público, participativo y emancipador, resistiendo a la lógica mercantil y tecnocrática que impregna gran parte de la política digital contemporánea.

Palabras clave: Gestión democrática; Regulación algorítmica; Capitalismo de plataforma; Trabajo docente.



1. Introdução

Nas últimas décadas, as políticas educacionais têm incorporado, de modo crescente, as tecnologias digitais como eixo estruturante dos processos de modernização da gestão e da organização dos sistemas de ensino. Esse movimento, intensificado no contexto da pandemia de Covid-19, consolidou a presença de plataformas digitais nos procedimentos de planejamento, gestão escolar, avaliação educacional, formação docente e mediação pedagógica.

Todavia, mais do que a simples adoção de ferramentas tecnológicas, tal processo expressa uma reconfiguração mais profunda da governança educacional, orientada por lógicas próprias da plataformização (Srnicek, 2017; Van Dijck; Poell; De Waal, 2018). As transformações decorrentes desse cenário incidem diretamente sobre a gestão escolar, uma vez que os processos de organização, planejamento e tomada de decisão passam a ser progressivamente mediados por tecnologias digitais.

Nessa direção, Paro (2016) compreende a gestão escolar para além de sua dimensão administrativa, entendendo-a como um processo político e pedagógico fundamental para a organização do trabalho educativo, envolvendo participação, tomada de decisão coletiva e mediação das relações institucionais. Sua importância reside, portanto, na capacidade de articular os diferentes sujeitos escolares em torno da construção de uma educação democrática e socialmente referenciada, aspecto que se torna cada vez mais tensionado diante da incorporação de plataformas digitais aos processos de gestão.

A partir dessa perspectiva, a plataformização da educação pode ser compreendida como a crescente dependência de infraestruturas digitais, em geral de natureza privada ou híbrida, para a organização das atividades educacionais, associada à incorporação de racionalidades algorítmicas nos processos de gestão, monitoramento e controle (Williamson, 2017; Pischetola, 2021). Ao se infiltrar nos dispositivos administrativos e pedagógicos, essa dinâmica introduz novos mecanismos de regulação que reconfiguram as formas de tomada de decisão no interior dos sistemas de ensino, produzindo impactos diretos sobre a autonomia das escolas, os princípios da gestão democrática e as condições de realização do trabalho docente.

Nessa conjuntura, a plataformização da gestão escolar assume centralidade no debate educacional contemporâneo, na medida em que redefine os modos de condução da gestão pública escolar por meio da mediação de tecnologias digitais orientadas por lógicas de eficiência, padronização e controle. Conforme analisam Tuchinski, Staron e Cordeiro (2025), a incorporação dessas plataformas mobiliza um conjunto de ferramentas que, embora apresentadas como soluções para a racionalização administrativa e pedagógica, produzem efeitos ambivalentes: ao mesmo tempo em que potencializam a organização dos processos escolares, ampliam práticas de controle institucional, intensificam dinâmicas de vigilância e tensionam os espaços de participação coletiva.

Considerando essas transformações, este artigo tem como objetivo analisar criticamente o processo de plataformização da educação e suas

implicações para a gestão da escola pública, especialmente no que se refere às mudanças nos modos de planejamento, tomada de decisão, controle, avaliação e organização do trabalho pedagógico. Parte-se do entendimento de que a gestão educacional não constitui um campo neutro, mas um espaço influenciado por disputas políticas, econômicas e ideológicas que se acentuam na contemporaneidade digital, exigindo abordagens analíticas capazes de problematizar os efeitos da governança digital sobre os princípios da gestão democrática e sobre o caráter público da educação.

O debate proposto neste estudo parte da compreensão de que a incorporação de plataformas digitais às políticas educacionais vem reconfigurando os modos de organização e gestão da escola pública, especialmente no que se refere aos processos de planejamento, monitoramento, avaliação e organização do trabalho pedagógico. Nesse contexto, a expansão da governança digital insere novas racionalidades e dinâmicas de gestão no campo educacional, mobilizando discussões acerca da regulação algorítmica, da dataficação da educação e das tensões produzidas entre modelos tecnocráticos de gestão e os princípios da gestão democrática escolar.

Estruturalmente, o artigo encontra-se organizado em quatro seções principais. Inicialmente, apresenta-se a introdução, na qual são contextualizadas as discussões centrais e explicitado o objetivo da pesquisa. Em seguida, a seção de metodologia descreve o percurso teórico-analítico adotado no estudo. Posteriormente, a seção de resultados e discussão subdivide-se em três subseções analíticas, nas quais são discutidos os principais achados da investigação. Por fim, as considerações finais retomam os objetivos da pesquisa e apresentam as reflexões conclusivas do estudo.

2. Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza teórica, fundamentada em uma revisão crítica da literatura sobre políticas educacionais, gestão escolar, governança digital e capitalismo de plataformas. A investigação adota um procedimento analítico-interpretativo de base epistemológica crítica, ancorado nas contribuições da pesquisa crítica em educação (Demo, 2001; Severino, 2016), partindo do entendimento de que os fenômenos educacionais não se apresentam como dados neutros, mas como construções históricas, sociais e discursivas, atravessadas por disputas políticas, econômicas e epistemológicas.

A revisão da literatura não se orientou por critérios de exaustividade ou levantamento bibliométrico, mas pela análise crítica de produções teóricas selecionadas em função de sua relevância conceitual e de sua aderência ao objetivo do estudo. Nessa perspectiva, buscou-se articular diferentes matrizes teóricas sob um mesmo horizonte epistêmico, conforme proposto por Gatti (2012), de modo a favorecer abordagens problematizadoras capazes de explicitar as contradições e tensões que permeiam os discursos e práticas contemporâneas de gestão educacional mediadas por tecnologias digitais.

O foco da análise concentrou-se na interpretação dos pressupostos, racionalidades e silenciamentos presentes na literatura que sustenta a incorporação de plataformas digitais às políticas e à gestão da escola pública. Tal abordagem possibilitou compreender como determinados modelos de governança digital e de regulação algorítmica são formulados, legitimados e naturalizados no campo educacional, ao mesmo tempo em que outras perspectivas críticas são marginalizadas (Campos, 2013).

O corpus analítico foi constituído a partir da seleção criteriosa de autores e obras de referência no debate sobre políticas educacionais, gestão escolar e plataformização, submetidos a leituras sucessivas e comparativas. A partir desse processo, emergiram categorias analíticas organizadas em eixos temáticos, os quais estruturam a seção de resultados e discussão, permitindo articular criticamente os principais achados do estudo.

3. Resultados e discussões

A revisão crítica da literatura permitiu identificar três eixos analíticos centrais que elucidam como o processo de plataformização da educação tem reconfigurado as políticas educacionais e a gestão da escola pública. Esses eixos evidenciam que a incorporação das tecnologias digitais não se limita à dimensão instrumental, mas implica transformações estruturais nas racionalidades de gestão, nos modos de regulação institucional e nas condições de trabalho docente.

3.1 A incorporação das lógicas do capitalismo de plataformas às políticas educacionais

Políticas educacionais contemporâneas vêm sendo progressivamente orientadas por racionalidades associadas ao capitalismo de plataformas, caracterizado pela centralidade dos dados, pela busca por eficiência, pela escalabilidade e pela quantificação dos processos educacionais (Palú; Arbigaus; Silveira, 2023). Nesse cenário, as tecnologias digitais deixam de ocupar um papel meramente instrumental e passam a constituir infraestruturas centrais de governança dos sistemas de ensino, reconfigurando os modos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas educacionais.

Essa reconfiguração torna-se particularmente visível quando se analisam as políticas de avaliação da educação básica, as quais assumem papel estratégico na governança educacional contemporânea. Nagase e Azevedo (2024) chamam atenção para a centralidade da avaliação como dispositivo de gestão, destacando que, em contextos marcados pelo uso intensivo de dados, algoritmos e plataformas digitais, a avaliação deixa de ser apenas um instrumento pedagógico e passa a operar como mecanismo de regulação sistêmica. Tal movimento articula-se diretamente ao que Srnicek (2017) conceitua como capitalismo de plataformas, no qual a extração, o

processamento e a monetização de dados passam a orientar decisões institucionais e políticas.

Sob essa lógica, as políticas educacionais passam a operar como tecnologias de poder, nos termos propostos por Ball (2012), ao reconfigurarem práticas institucionais, modos de gestão e subjetividades profissionais. A articulação entre políticas educacionais e processos de digitalização, intensificada pela automação, pelos algoritmos e pela inteligência artificial, aprofunda racionalidades gerencialistas e regimes de responsabilização orientados por dados, deslocando o foco da formação integral para métricas de desempenho, monitoramento contínuo e padronização das práticas pedagógicas e administrativas (Williamson; Komljenovic; Gulson, 2023).

Essa dinâmica não se limita ao plano das políticas nacionais, mas se insere em um movimento mais amplo de plataformização dos setores públicos. Van Dijck, Poell e De Waal (2018) demonstram que a incorporação de plataformas digitais à gestão pública implica a difusão de valores próprios do mercado digital, como eficiência, competitividade e mensurabilidade, frequentemente em tensão com princípios democráticos e deliberativos. No campo educacional, tal processo manifesta-se na adoção crescente de plataformas para gestão de matrículas, acompanhamento de desempenho, avaliação em larga escala e formação continuada, produzindo uma inflexão tecnocrática e dataficada das políticas educacionais.

Desse modo, a análise da literatura indica que as políticas educacionais passam a operar sob uma racionalidade que naturaliza a dependência de plataformas digitais, em grande parte controladas por corporações privadas, redefinindo os limites entre o público e o privado na educação. Essa naturalização tensiona o caráter público da escola e reconfigura os sentidos da gestão educacional, deslocando-a progressivamente para modelos de governança orientados por dados, algoritmos e lógicas mercantis, em detrimento de processos democráticos de deliberação e participação.

3.2 A regulação algorítmica da gestão escolar: impactos sobre decisão, controle e autonomia

O segundo eixo analítico evidencia que a plataformização da educação introduz formas específicas de regulação algorítmica na gestão escolar, reconfigurando profundamente os processos de planejamento, tomada de decisão, controle e avaliação no interior das escolas públicas. Nesse contexto, os algoritmos deixam de atuar apenas como ferramentas técnicas de organização da informação e passam a operar como dispositivos estruturantes da gestão educacional, produzindo regimes de visibilidade, hierarquização e decisão que orientam práticas institucionais e políticas públicas (Williamson, 2017).

A literatura aponta que tal dinâmica está diretamente associada ao processo de dataficação da educação, no qual dimensões complexas do cotidiano escolar são convertidas em indicadores mensuráveis e comparáveis. Rodrigues

(2020) argumenta que esses indicadores, frequentemente apresentados como neutros e objetivos, incorporam pressupostos normativos que passam a orientar as decisões gestoras, deslocando processos deliberativos e coletivos em favor de dashboards, rankings e métricas de desempenho. Como resultado, a gestão educacional tende a se subordinar a parâmetros técnicos externos, reduzindo a margem de interpretação pedagógica e a contextualização das práticas escolares.

Essa reconfiguração da gestão por meio da regulação algorítmica suscita a necessidade de uma abordagem crítica, ética e regulada para a incorporação das tecnologias digitais nas instituições de ensino. Neto e Nascimento (2025) destacam que a ausência de critérios públicos e democráticos na adoção de sistemas algorítmicos pode aprofundar desigualdades e comprometer a função social da escola, reforçando mecanismos de controle em detrimento de processos formativos emancipatórios.

Ao ampliar essa discussão, Hood (2018) problematiza os impactos das tecnologias digitais sobre questões de equidade e justiça social, alertando para os riscos de desumanização dos processos educativos quando a gestão escolar se orienta predominantemente por lógicas automatizadas. Nesse sentido, projetar experiências educacionais verdadeiramente centradas nos sujeitos implica questionar os limites da racionalidade algorítmica e suas consequências para a formação integral dos estudantes.

Essa preocupação converge com as análises de Nascimento e Santos (2025), que enfatizam que a intensificação do uso de tecnologias digitais transforma as interações sociais e os modos de produção do conhecimento, exigindo novas abordagens para a formação cidadã. Para os autores, apenas práticas de gestão articuladas a um uso crítico das tecnologias podem favorecer a formação de sujeitos autônomos, responsáveis e capazes de intervir de forma consciente na vida social.

Os efeitos da regulação algorítmica incidem diretamente sobre a autonomia das escolas e dos gestores escolares. Decisões historicamente construídas a partir do diálogo com a comunidade educativa passam a ser condicionadas por parâmetros definidos externamente, muitas vezes por sistemas tecnológicos sobre os quais a escola não detém controle efetivo (Williamson, 2017). Como consequência, a gestão educacional assume um caráter cada vez mais automatizado e centralizado, fragilizando práticas participativas e reduzindo os espaços de deliberação coletiva.

Esse cenário tensiona princípios consagrados na legislação educacional, especialmente aqueles relacionados à participação e à autonomia escolar. Paro (2016) e Libâneo (2021) ressaltam que a gestão democrática pressupõe processos de escuta, negociação e construção coletiva, fundamentos que entram em conflito com modelos de gestão orientados pela lógica algorítmica e pelo controle técnico-administrativo. Assim, a literatura analisada evidencia que a regulação algorítmica da gestão escolar constitui um dos principais desafios contemporâneos à efetivação da gestão democrática na escola pública.

3.3 Governança digital, trabalho docente e os limites da gestão democrática

O terceiro resultado da análise evidencia que a governança digital da educação produz impactos profundos sobre o trabalho docente, configurando novas formas de controle, vigilância e padronização que se articulam diretamente às práticas de gestão escolar. A incorporação de plataformas digitais aos processos de ensino, avaliação e gestão redefine o lugar do professor no interior da escola, frequentemente deslocando sua autonomia pedagógica em favor de modelos de atuação prescritos por sistemas técnicos. Nesse sentido, Selwyn (2023) argumenta que as plataformas educacionais tendem a converter docentes em operadores de sistemas previamente configurados, intensificando a supervisão do trabalho pedagógico e reduzindo as margens de decisão profissional.

Essa reconfiguração do trabalho docente insere-se em um movimento mais amplo de transformação da gestão educacional, no qual a centralidade das tecnologias digitais tensiona os fundamentos da gestão democrática. Gracindo (2012) compreende a gestão democrática como possibilidade de democratização da prática social da educação, na medida em que concebe a escola como espaço de exercício coletivo da decisão, da participação e da responsabilidade compartilhada. Contudo, a expansão da governança digital introduz novas exigências e práticas que reconfiguram tanto o perfil do gestor escolar quanto as formas de organização do trabalho docente, frequentemente subordinando processos pedagógicos a racionalidades técnicas e administrativas.

Do ponto de vista da gestão educacional, esse cenário redefine o papel do gestor escolar, que passa a atuar como mediador entre as exigências técnicas das plataformas digitais, as diretrizes das políticas educacionais e as demandas da comunidade escolar. No entanto, tal mediação ocorre em um campo atravessado por assimetrias de poder, no qual as escolhas pedagógicas tendem a ser condicionadas por lógicas de eficiência, desempenho e controle impostas pelos sistemas digitais (Apple, 2024). Como resultado, a gestão escolar corre o risco de assumir um caráter predominantemente tecnocrático, esvaziando sua dimensão político-pedagógica.

A literatura analisada indica, ainda, que a promessa de modernização e democratização associada às políticas digitais convive com o aprofundamento de desigualdades educacionais. Selwyn e Facer (2014) demonstram que a plataformização tende a ampliar disparidades em contextos marcados por precariedade de infraestrutura, formação docente insuficiente e assimetrias de acesso às tecnologias, afetando de modo mais intenso a escola pública. Esse processo articula-se ao que Mendonça Neto, Vieira e Antunes (2018) caracterizam como uma forma contemporânea de industrialização da educação, na qual as *educational technologies* (*EdTechs*) passam a integrar o cotidiano acadêmico-administrativo, reorganizando tempos, práticas e relações de trabalho segundo lógicas produtivistas.

Essas contradições explicitam os limites da governança digital quando orientada predominantemente por racionalidades mercantis e tecnocráticas. Ao

mesmo tempo, como argumentam Feenberg (2010) e Freire (2019), as tecnologias não são deterministas, sendo seus usos historicamente situados e socialmente disputados. Nesse sentido, a literatura aponta que a defesa da gestão democrática em tempos de plataformização exige a politização das tecnologias educacionais, a ampliação dos espaços de participação da comunidade escolar e a construção de políticas digitais socialmente referenciadas, capazes de recolocar o trabalho docente e a formação humana no centro do projeto educativo (Paro, 2016).

4. Considerações finais

Este artigo analisou criticamente o processo de plataformização da educação e suas implicações para a gestão da escola pública, evidenciando que a incorporação das tecnologias digitais às políticas educacionais constitui menos uma inovação técnica e mais uma reconfiguração estrutural das racionalidades de gestão. A revisão crítica da literatura indicou que a governança digital tem operado como vetor de reorganização dos processos de planejamento, tomada de decisão, controle e avaliação, deslocando progressivamente práticas deliberativas e coletivas em favor de mecanismos algorítmicos de regulação.

Os achados evidenciam que a centralidade dos dados, das métricas e dos sistemas de monitoramento redefine os sentidos da gestão educacional, ao naturalizar modelos baseados na eficiência, na padronização e na mensuração do desempenho. Esse movimento produz efeitos diretos sobre a autonomia das escolas e dos gestores, ao mesmo tempo em que reconfigura o trabalho docente por meio da intensificação do controle e da prescrição pedagógica. Tais dinâmicas explicitam tensões estruturais entre a governança digital e os princípios que historicamente sustentam a gestão democrática da escola pública.

Do ponto de vista analítico, o estudo contribui ao explicitar como a plataformização articula políticas educacionais, gestão escolar e trabalho docente em um mesmo regime de governança, no qual a racionalidade algorítmica tende a se sobrepor às dimensões político-pedagógicas da gestão. Ao evidenciar essas articulações, o artigo desloca a discussão sobre tecnologias educacionais de uma abordagem instrumental para uma análise crítica das condições históricas, políticas e econômicas que sustentam a expansão das plataformas digitais no campo educacional.

Como limitação, destaca-se o caráter teórico da investigação, que privilegia a análise dos discursos e racionalidades presentes na literatura, sem recorrer a dados empíricos sobre práticas concretas de gestão escolar. Tal limitação, contudo, aponta caminhos para pesquisas futuras que articulem investigações empíricas e análises críticas, capazes de aprofundar a compreensão dos efeitos da governança digital em diferentes contextos institucionais e territoriais.

Conclui-se que a relevância do estudo reside em demonstrar que a gestão educacional, em tempos de plataformização, se constitui como um campo de

disputas, no qual os sentidos das tecnologias digitais, da democracia e do caráter público da educação permanecem abertos à problematização e à crítica.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael Whitman. **Educação e poder**. Editora Vozes, 2024.

BALL, Stephen John. **Global education inc.:** new policy networks and the neoliberal imaginary. London: Routledge, 2012.

CAMPOS, Maria Malta. Para que serve a pesquisa em educação? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 269-283, 2013. DOI: 10.1590/S0100-15742009000100013. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/283>. Acesso em: 6 set. 2025.

DEMO. Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**. Campinas: Papyrus, 2001.

FEENBERG, Andrew. **Between reason and experience:** essays in technology and modernity. Cambridge: MIT Press, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 74. ed. São Paulo: Editora Paz & Terra, 2019.

GATTI, Bernadete Angelina. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 13-34, 2012. DOI: 10.21573/vol28n12012.36066. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/36066>. Acesso em: 29 set. 2025.

GRACINDO, Regina Vinhaes. O gestor escolar e as demandas da gestão democrática: exigências, práticas, perfil e formação. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 135-147, 2012. DOI: 10.22420/rde.v3i4.107. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/107>. Acesso em: 30 dez. 2025.

HOOD, Nina. Re-imagining the nature of (student-focused) learning through digital technology. **Policy Futures in Education**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 321-326, 2018. DOI: 10.1177/1478210317742215. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1478210317742215>. Acesso em: 22 set. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 6. ed. Fortaleza: Heccus Editora, 2021.



MENDONÇA NETO, Octavio Ribeiro de; VIEIRA, Almir Martins; ANTUNES, Maria Thereza Pompa. Industrialização da educação, edtech e prática docente. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 47, p. 149-170, 2018. DOI: 10.5585/eccos.n47.10702. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10702>. Acesso em: 3 out. 2025.

NAGASE, Raquel Hissae; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A política de avaliação da educação básica e a governança em tempos de capitalismo de plataforma: a consolidação de um mercado educacional digital. **Educação**, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 1-12, 2024. DOI: 10.15448/1981-2582.2024.1.45626. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/45626>. Acesso em: 2 dez. 2025.

NASCIMENTO, Márcio Silveira; SANTOS, Éber José dos. Cidadania Digital e Inteligência Artificial: estratégias pedagógicas para o desenvolvimento do pensamento crítico. **Revista de Estudos de Cultura**, São Cristóvão, v. 11, n. 27, p. 163-179, 2025. DOI: 10.32748/revec.v11i27.22710. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revec/article/view/22710>. Acesso em: 9 nov. 2025.

NETO, Alaim Souza; NASCIMENTO, Daniela. A plataformização da educação: um caminho para a emancipação ou exploração? **Revista Intersaberes**, Curitiba, v. 20, p. 1-21, 2025. DOI: 10.22169/revint.v20.e25tl410. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/2840>. Acesso em: 30 set. 2025.

PALÚ, Janete; ARBIGAUS, Joélma de Souza; SILVEIRA, Adriana Aparecida Dragone. Plataformização da Educação, da Escola Pública e suas Formas de Gestão: Entre Promessas E Realidades. **Revista de Ciências Humanas**, Frederico Westphalen, v. 24, n. 2, p. 160-186, 2023. DOI: 10.31512/19819250.2023.24.02.160-186. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/revistadech/article/view/4590>. Acesso em: 9 ago. 2025.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PISCHETOLA, Magda. Re-imagining Digital Technology in Education through critical and neo-materialist insights. **Digital Education Review**, Barcelona, v. 40, n. 2, p. 154-171, 2021. DOI: 10.1344/der.2021.40.154-171. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/der/article/view/32854>. Acesso em: 1 set. 2025.

RODRIGUES, Eduardo Santos Junqueira. Estudos de plataforma: dimensões e problemas do fenômeno no campo da educação. **Linhas Críticas**, Brasília, v.



26, p. 1-12, 2020. DOI: 10.26512/lc.v26.2020.28150. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/28150>. Acesso
em: 19 out. 2025.

SELWYN, Neil. The critique of digital education: Time for a (post) critical turn.
p. 48-62. *In*: GORUR, Radhika; LANDRI, Paolo; NORMAND, Romuald (org.).
**Rethinking sociological critique in contemporary education: reflexive
dialogue and prospective inquiry**. London: Routledge, 2023.

SELWYN, Neil; FACER, Keri. The sociology of education and digital technology:
past, present and future. **Oxford Review of Education**, [S. l.], v. 40, n. 4, p.
482-496, 2014. DOI: 10.1080/03054985.2014.933005. Disponível em:
<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03054985.2014.933005>.
Acesso em: 2 set. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed.
São Paulo: Cortez, 2016.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

TUCHINSKI, Rita Turmann; STARON, Osmar; CORDEIRO, Gisele do Rocio.
Plataformização da gestão pública escolar. **Caderno Intersaberes**, Curitiba,
v. 14, n. 52, p. 98-113, 2025. DOI: 10.22169/cadernointer.v14n52.3569.
Disponível em:
<https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/3569>.
Acesso em: 2 set. 2025.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The platform society:**
Public values in a connective world. New York: Oxford University Press, 2018.

WILLIAMSON, Ben. **Big data in education: the digital future of learning,**
policy and practice. London: Sage, 2017.

WILLIAMSON, Ben; KOMLJENOVIC, Janja; GULSON, Kalervo (org). **World
yearbook of education 2024: digitalisation of education in the era of
algorithms, automation and artificial intelligence**. Abingdon: Routledge, 2023.

Recebido em: 30 de dezembro de 2026.

Aceito em: 22 de maio de 2026.

Publicado em: 27 de maio de 2026.

